
Desenvolvimento Econômico Local (DEL) e Políticas Públicas (PPs): Fundamentos e agenda para o setor de varejo no Brasil

Local Economic Development (LED) and Public Policies (PPs): Foundations and agenda for the retail sector in Brazil

Marcos Antonio Martins Lima¹ 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n1.45489

Recebido em: 19/04/2019
Aprovado em: 14/01/2020

Resumo: O presente artigo objetiva conhecer e disseminar o processo de maturidade em políticas públicas por parte do setor do varejo brasileiro, tendo como pressuposto a necessidade de considerar as suas peculiaridades, bem como a sua multiplicidade e diversidade de perfis de negócios para a elaboração, articulação e gestão de agendas de políticas públicas. O processo continuado e histórico de integração entre as Políticas Públicas (PPs) e o Desenvolvimento Econômico Local (DEL) no Brasil vem conquistando melhores momentos do que no passado, porém ainda requer avanços na qualificação de todas as lideranças envolvidas (políticas, governamentais, jurídicas, sociais e empresariais) e permitindo que as políticas públicas do varejo sejam implementadas em paralelo com o desenvolvimento econômico e social da comunidade local e regional no qual está inserido.

Palavras-chave: Políticas Públicas (PPs); Desenvolvimento Econômico Local (DEL); Setor de Varejo.

Abstract: This present article aims to know and disseminate the maturity process in public policies by the Brazilian retail sector, assuming the need to consider its peculiarities, as well as its multiplicity and diversity of business profiles for the elaboration, articulation, and management of public policy agendas. The continued and historic process of integration between Public Policies (PPs) and Local Economic Development (LED) in Brazil has been gaining better moments than in the past, but it still requires advances in the qualification of all the leaders involved (political,

¹ Programa de Pós-graduação em Educação e Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: marcos.a.lima@terra.com.br

governmental, legal, social and business) and allowing public retail policies to be implemented in parallel with the economic and social development of the local and regional community in which it operates.

Keywords: Public Policies (PPs); Local Economic Development (LED); Retail Sector.

1. Introdução

Os campos das Políticas Públicas (PP) e do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) no Brasil tem sido alvo de integração, promovendo uma maior maturidade desses campos, quanto a formulação teórica e quanto a viabilidade de melhores consequências políticas, econômicas e sociais, muito embora esses resultados ainda não tenham proporcionado patamares de crescimento e desenvolvimento do País nas expectativas que a sociedade brasileira anseia e necessita.

Essa integração é fundamental para essa conquista de tempos ainda melhores, já que o Desenvolvimento Econômico Local (DEL) reflete a pergunta “o que”, o objetivo final buscado por uma sociedade, ou seja, e “a capacidade de determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades” (Castro & Oliveira, 2014, p. 22) e as Políticas Públicas (PPs) refletem a pergunta “como?”, o processo para viabilizar o objetivo, as condições e recursos necessário para o seu alcance, ou seja, materializadas no conjunto de ações, projetos ou programas que devem ser desenvolvidos pelos municípios, estados, união, agentes sociais e empresariais para atender às necessidades básicas e complexas da sociedade, com bens e serviços que garantam melhores condições de vida à população e promovam o desenvolvimento econômico e social.

Assim, a viabilidade dessa integração tão almejada entre Políticas Públicas (PP) e do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) no Brasil deve ser construída a partir dos fundamentos e da importância de cada um desses processos (PPs & DEL).

Quando se pensa em políticas públicas setoriais, como sendo políticas específicas de um setor ou segmento de atuação do Estado ou da sociedade, como por exemplo, saúde, educação, saneamento, habitação, segurança, transportes, indústria, agronegócio e varejo, esse subconjunto das políticas públicas gerais, deve refletir e superar, de maneira objetiva, as reais necessidades ou demandas peculiares de um setor, como é o caso do varejo, bem como a sua integração e impacto em outros setores ou segmentos da mesma sociedade.

O objetivo do presente artigo é conhecer o processo de maturidade em políticas públicas por parte do setor varejista brasileiro, tendo como pressuposto a necessidade de considerar as suas peculiaridades, bem como a sua multiplicidade e diversidade de perfis de negócios na elaboração, articulação e gestão de agendas de políticas públicas.

Considerando-se que o processo de aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro tenha iniciado a partir de 1930, essa integração entre Políticas Públicas (PP) e do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) somente vai ocorrer, com maior incidência, a partir dos anos 2000 (Castro & Oliveira, 2014).

As políticas públicas setoriais focadas no desenvolvimento econômico e social, seja regional e ou local, precisam ser estruturadas e organizadas a partir de agendas objetivas de políticas públicas, que sirvam como ferramenta de articulação e de gestão de políticas públicas.

No caso do setor varejista brasileiro, essas agendas devem enfatizar os temas e as características intrínsecas do setor, demonstrando as suas características essenciais e decorrentes da sua diversidade de segmentos e obtendo a sua disseminação entre todos os atores intervenientes.

Além da qualidade técnica e política dessas agendas, a sua gestão deve levar em conta processos efetivos de monitoramento & avaliação (M&A) de políticas públicas, integradas e focadas no desenvolvimento econômico local.

2. Fundamentos e Importância de Desenvolvimento Econômico Local (DEL)

O principal objetivo do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) é construir a capacidade econômica de uma determinada localidade, região, estado, município, ou território, visando a melhoria da sua perspectiva econômica e a qualidade de vida dos seus agentes e domiciliados (Swinburn, Goga, & Murphy, 2019). Ou seja, desenvolvimento, no sentido social e econômico, é “a capacidade de determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades” (Castro & Oliveira, 2014, p. 22).

A partir dos anos 1970, os governos municipais e as comunidades no Brasil, perceberam que os negócios e o capital se deslocavam, de uma região para outra, de acordo com as vantagens competitivas e concorrenciais (Porter, 1986; 1989). Passaram então a buscar essa capacidade econômica, e também social, com a ampliação e atração

de investimentos, visando a melhoria do seu ambiente de negócios e a geração de emprego e renda (Swinburn, Goga, & Murphy, 2019).

Essas melhorias, para serem efetivamente alcançadas, devem envolver o comprometimento e a articulação entre os seus principais agentes e lideranças governamentais, políticas, jurídicas, sociais e empresariais, cooperando entre si no aprimoramento permanente da situação da região ou da localidade foco de desenvolvimento.

O grande naturalista e biólogo inglês, Charles Darwin (1809-1882), deixou dito: “Não são os mais fortes da espécie que sobrevivem, nem os mais inteligentes, mas sim os que respondem melhor às mudanças”. Essa afirmação, fez-me lembrar que a prosperidade coletiva de uma comunidade vai depender da sua capacidade de mudar de acordo com a dinâmica da economia regional, local, e até mundial.

Se o Desenvolvimento Econômico Local (DEL) for baseado em um processo estruturado e integrado de “planejamento” e não apenas ações isoladas de “fazejamento”, a probabilidade de mudança na melhoria do contexto local e regional é imensa!

Dentre as estratégias específicas para o correto planejamento no desenvolvimento local e regional, registra-se a busca da melhoria do ambiente de negócios e de investimentos, visando aumentar a produtividade e a competitividade dos negócios, dos empreendedores e dos trabalhadores locais, bem como deve dirigir-se para o aprimoramento das comunidades locais e regionais visando a melhoria da qualidade de vida, inovando em oportunidades econômicas e sociais, na luta contra as condições de pobreza e miséria. Assim, essas estratégias contribuirão para o crescimento e a melhoria das condições do ambiente local, tornando-o mais competitivo, produtivo e próspero (Swinburn, Goga, & Murphy, 2019).

Mas como se pode fortalecer a economia de uma localidade ou região? Bem, primeiro deve-se conhecer o perfil, as especificidades e as potencialidades do ambiente local e regional. Essas características tem o poder de fortalecer ou enfraquecer a sua própria capacidade econômica.

Para enfraquecer, basta não conhecer esse perfil, essas especificidades e potencialidades, focando apenas no “fazejamento” pela sobrevivência diária (no dito popular: “vender o almoço para comprar o jantar”), sem a integração e comprometimento de todos com a melhoria das condições de todos no seu ambiente local e regional.

Para fortalecer, o primeiro passo é conhecer esse perfil, essas especificidades e suas potencialidades, focando corretamente no “planejamento” das suas vantagens competitivas (Porter, 1986; 1989), ou seja, conhecer o seu perfil e as suas peculiaridades que agregam valor à economia e à comunidade local, desenvolver e comercializar produtos e serviços diferenciados, sua qualidade de atendimento e fidelização dos seus consumidores, sua capacidade de atrair, gerar e reter investimentos externos e internos, dentre outras condições especiais criadas e desenvolvidas a partir da criatividade e inovação dos atores locais (públicos, privados e do terceiro setor).

Em resumo, conhecer seus pontos fortes e fracos, suas ameaças e oportunidades a serem mapeadas em processo estruturado e integrado de planejamento estratégico do seu Desenvolvimento Econômico Local (DEL) para um período de médio e longo prazo e com a mobilização e participação ampla dos seus *stakeholders* (todos os agentes intervenientes).

Para tanto, o poder público local (governos municipais), regional (governo estadual), nacional (governo federal) e as lideranças políticas, judiciais, sociais e empresariais devem criar as condições para que os empreendimentos privados e públicos, bem como as parcerias público/privadas (PPPs) possam gerar prosperidade econômica e social para todos.

Nos dias atuais, os desafios econômicos e sociais passam a ser integrados com os desafios políticos em múltiplos aspectos; internacionais, federais, regionais, estaduais, territoriais, municipais e locais.

Mas como os aspectos políticos podem ser tratados?

3. Fundamentos e Importância das Políticas Públicas (PPs)

Os aspectos políticos são fundamentais para o Desenvolvimento Econômico Local (DEL), porém como políticas públicas.

Antes precisamos entender que o termo “política” é derivado do adjetivo grego *politikós*, originado de *pólis*, que significa, tudo o que se refere à cidade, ao interesse geral e público.

Segundo o sábio e filósofo grego Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), “a Política é a arte do bem comum”. Então, a verdadeira política tem uma missão nobre: convergir interesses divergentes em prol da maioria e do bem comum de uma sociedade. Então,

para existir política, basta existir um coletivo de pessoas com alguns interesses. Bem, mas qual é a diferença entre políticas e políticas públicas?

A política (*politics*) é o processo de mediação e solução para conflitos de interesses e de valores entre os membros de uma sociedade. Política seria, então, o conjunto de procedimentos que expressam as relações de poder entre os membros de uma sociedade e que se destinam à resolução pacífica de conflitos em torno dos bens públicos (Magalhães & Bouchardet, 2019).

Já as políticas públicas (*policies*), segundo Magalhães e Bouchardet (2019), são o fruto da própria atividade política na alocação de recursos e na provisão de bens e serviços públicos a uma sociedade. Compreende o conjunto de intervenções, projetos e ações do Estado direcionadas para a geração de impactos nas relações sociais (Agnaldo dos Santos, 2017).

O termo “Política Pública” é um conceito muito aplicado atualmente nos discursos de lideranças políticas e gestores públicos e privados, mas sua origem remonta a França pós-revolução de 1789 numa visão universalista e coletiva. Chega ao Século XX, em especial nas abordagens acadêmica nos (1) Estados Unidos da América em 1930 e seus fundadores como área de pesquisa e na (2) Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial (1945), adotando a visão baseada no direito que todo cidadão possui, independente da sua condição social.

Políticas públicas podem ser consideradas como norteadores e provedora de diretrizes (regras, princípios e procedimentos) que direcionam a ação do poder público nas questões públicas. São explicitadas em leis, decretos, portarias, programas, projetos que orientam um conjunto de ações e a aplicação de recursos.

As políticas públicas são ainda materializadas num conjunto de ações, projetos ou programas que tem como referência o Estado e devem ser desenvolvidos pelos municípios, estados, união, agentes sociais e empresariais para atender às necessidades básicas e complexas da sociedade, com bens e serviços que garantam melhores condições de vida à população e promovam o desenvolvimento econômico e social.

Qual a importância das Políticas Públicas (PPs)? Essa importância pode ser definida segundo alguns dos seus principais objetivos:

- Promover o Desenvolvimento Econômico Local (DEL), social e cultural do município, estado e ou do País;

- Ampliar e efetivar os direitos de cidadania que são conquistados nas lutas e mobilizações sociais;
- Regular conflitos entre atores sociais (conflitos de interesses de classes e grupos); e
- Responder as demandas (necessidades) dos diversos setores da sociedade com necessidades para desenvolvimento.

Como a sociedade é composta de diversos atores com interesses específicos e até divergentes, as políticas públicas podem ser setorializadas. São as ditas políticas públicas setoriais, como é o caso das políticas públicas voltadas para o setor de varejo.

4. Políticas Públicas (PPs) para o Setor de Varejo

As políticas públicas setoriais são políticas específicas de um setor ou segmento de atuação do Estado ou da sociedade, como por exemplo, saúde, educação, saneamento, habitação, segurança, transportes, indústria, agronegócio e varejo.

As políticas públicas setoriais constituem um subconjunto do conjunto maior das políticas públicas, demonstrando necessidades ou demandas peculiares de um setor, mas que, geralmente, interagem e impactam em outros setores ou segmentos da mesma sociedade.

As políticas públicas setoriais no Brasil foram caracterizadas, desde a sua origem na primeira metade do século XX, pela atuação predominante de alguns eixos setoriais sobre os demais e teve, como domínio inicial, a articulação promovida pelas áreas de comércio exterior e da indústria, através da atuação das suas entidades associativas setoriais e ou das suas lideranças empresariais.

Porém, a partir de 1980 essa característica bi-setorial foi sendo complementada por outros setores econômicos, devido ao cenário político, econômico e social da época que exigia a necessidade de reforma do estado com ajuste fiscal, estrutural e regulatório, uma maior abertura da economia interna, a implantação de projetos de privatização e concessão de serviços públicos.

Esses fenômenos foram verificados no Brasil, seguindo a experiência também vivenciada na América Latina e decorrente do processo de globalização e do projeto de engenharia social com o apoio e diretrizes de grandes organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Silva, 2013).

Outro fator interno que também facilitou a ampliação de setores a serem valorizados nas políticas públicas setoriais, foi a Constituição Federal (1988) que ampliou a participação social, e o Plano Real (1994) que trouxe a estabilidade econômica.

A partir de 1990, a experiência e o poder de articulação do setor industrial, gerou o Plano Industrial e de Comércio Exterior (PICE), tornando o setor beneficiado com processos de desoneração tributária, incentivos fiscais, creditícios e outros benefícios (Bonelli & Veiga, 2003).

Outros setores, como o agronegócio em 1991, passam a ter maior prioridade com a nova orientação da política agrícola focada em um modelo mais liberal de políticas públicas, baseada no livre funcionamento dos mercados e no respeito aos contratos, com menor intervenção governamental.

Esse contexto abre maior espaço para os outros setores como os da pequena e média empresa, o varejo, o turismo e outros que começam a participar mais ativamente na arena das políticas públicas.

O varejo é um dos setores mais importantes da economia brasileira na geração de emprego e renda e, também, na sua representatividade econômica e social.

Para se ter uma ideia, o setor de comércio e serviços liderou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, indicador de produção econômica) no Brasil de 2017 para 2018, representando 75,8% (Agência Brasil, 2019). Em média, somente o setor do varejo, que é o comércio que vende diretamente para os consumidores finais, representa cerca de 45% a 65% do PIB brasileiro, dependendo do cenário econômico.

Para demonstrar a relevância recente (2017 para 2018) e mesmo com um cenário de desafios econômicos e sociais no Brasil destes tempos, o setor de comércio cresceu, neste período, 2,3% e o Brasil, em todos os seus setores, cresceu apenas 1,1% (Agência Brasil, 2019).

O setor do varejo engloba uma diversidade de segmentos e atividades desenvolvidas pelos empreendedores do setor de comércio e serviços que reflete e recebe impacto direto em toda a sociedade. Esse desafio de formulação e implementação de políticas públicas requer uma melhor organização e qualificação do setor, com adequada estruturação de demandas gerais e específicas que promovam a prevenção, a manutenção e a correção de potenciais e reais necessidades.

A seguir, algumas demandas específicas do setor de varejo que podem ser consideradas como tópicos de políticas públicas setoriais:

- Acompanhar e contribuir para a efetivação da Reforma tributária no Brasil;
- Disseminar a experiência dos Conselhos Municipais de Segurança Pública (CONSEPs);
- Ampliar o acesso aos programas estaduais que usam câmeras de videomonitoramento em parceria com as Polícias Militar e Civil dos estados brasileiros;
- Incentivar a criação de Frentes Parlamentares para comércio, serviços e empreendedorismo nos municípios brasileiros;
- Ampliar a participação das micro e pequenas empresas em compras governamentais; e
- Elaborar ou atualizar Lei municipal para disciplinar feiras itinerantes.

Essas necessidades são recebidas e interpretadas por aqueles que ocupam o poder público, mas são tomadas e influenciadas por uma agenda que se elabora no setor gerando pressão política e ou da mobilização social para a superação dessas demandas.

O segmento do varejo vem avançando, no Brasil, em um processo de maturidade em políticas públicas setoriais. Em 2017, a CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em parceria com o SEBRAE Nacional - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, realizaram vários seminários, estudos e pesquisas sobre o varejo brasileiro dentro do PNDV – Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo que visitou 17 (dezessete) unidades da federação (16 estados e o distrito federal), contando com a participação de 1.385 lideranças varejistas, políticas e governamentais, que construíram 437 propostas gerais e que foram tecnicamente traduzidas em 69 propostas consolidadas de políticas públicas para o varejo (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas [CNDL], Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE Nacional]; Instituto de Avaliação, Gestão & Educação [IAGEE], 2017).

Dentre os principais resultados nestas atividades de políticas públicas, constam as propostas de políticas públicas classificadas em 8 (oito) temas norteadores dos desafios a serem superados pelo varejo brasileiro (CNDL, SEBRAE-Nacional, & IAGEE, 2017).

- i. Fortalecimento do comércio e desenvolvimento econômico local;
- ii. Mobilidade urbana e infraestrutura para revitalização dos centros comerciais;
- iii. Segurança pública;

- iv. Educação empresarial e assistência gerencial às MPEs (Micro e Pequenas Empresas do Setor Varejista);
- v. Sistema tributário;
- vi. Crédito e financiamento para o setor de comércio e serviços;
- vii. Modernização das leis trabalhistas; e
- viii. Apoio a inovação no varejo.

Quando quantificadas e consolidadas por tema norteador, as propostas de políticas públicas para o varejo foram elencadas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Desafios do Varejo no Brasil por Temas

Temas norteadores de demandas do varejo	Quant. Propostas	%
Fortalecimento do comércio e desenvolvimento econômico local	116	26,5%
Mobilidade urbana e infraestrutura para revitalização dos centros comerciais	79	18,1%
Segurança pública	64	14,6%
Educação empresarial e assistência gerencial às MPEs	63	14,4%
Sistema tributário	43	9,8%
Crédito e financiamento para o setor de Comércio e Serviços	40	9,2%
Modernização das leis trabalhistas	22	5,0%
Apoio a inovação no varejo	10	2,3%
TOTAL	437	100,0%

Fonte: CNDL, SEBRAE Nacional e IAGEE (2017).

Vê-se que os 4 (quatro) principais temas que juntos representam 59,26% (ou n=259) do total de 437 propostas de políticas públicas para o varejo foram os seguintes, por ordem de quantidade de propostas:

- Fortalecimento do comércio e desenvolvimento econômico local: 116 propostas ou 26,5% do total;
- Mobilidade urbana e infraestrutura para revitalização dos centros comerciais: 79 propostas ou 18,1% do total;
- Segurança pública: 64 propostas ou 14,6% do total; e
- Educação empresarial e assistência gerencial às MPEs: 63 propostas ou 14,4% do total.

Vale salientar que estas propostas foram consolidadas em documento e entregue as lideranças parlamentares (Câmara dos Deputados e Senado Federal) no final de 2017,

bem como aos governos federal e estaduais que foram alvo dos encontros de geração das agendas de políticas públicas. Em 2018, foi entregue o documento “Manifesto do varejo, eleições 2018” para os candidatos ao legislativo e executivo federal e estaduais.

5. Integrando as Políticas Públicas Setoriais do Varejo ao Desenvolvimento Econômico Local (DEL)

Com o objetivo de conquistar maior maturidade com as políticas públicas, a CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em nova parceria com o SEBRAE Nacional - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, está promovendo o Programa Políticas Públicas 4.0 a ser desenvolvido no período de 2018 a 2019, com a elaboração de agendas de políticas públicas em estados não visitados no programa anterior, com a reelaboração ou atualização das agendas de políticas públicas dos estados já visitados, bem como a disseminação de políticas públicas nos estados cujas FCDLs – Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas ainda não tenham iniciado processos de articulação de políticas públicas com lideranças políticas e governamentais.

Um dos aspectos diferenciados no programa PP 4.0 é o foco dado no desenvolvimento local e regional, buscando conciliar a cultura de interesses comuns e objetivos compartilhados entre o setor do varejo, as demais políticas públicas setoriais e o bem comum da sociedade brasileira e ou de comunidades locais, ou seja, integrando as políticas públicas (PPs) ao desenvolvimento econômico local (DEL).

Os resultados desses encontros de lideranças deverão ser compilados de forma a materializar demandas, planos de ação e propostas de políticas públicas que deverão ser articuladas junto a agentes políticos e governamentais, através de uma agenda de políticas públicas.

Apesar de considerarmos o desenvolvimento conquistado no Brasil a partir de 1930, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico local (DEL) somente ocorreram, com maior incidência, a partir dos anos 2000 (Castro & Oliveira, 2014).

Essa conquista foi viabilizada, mesmo com retardo, a partir da redefinição das atribuições dos municípios no quadro do federalismo brasileiro, após a Constituição Federal de 1988. As legislações setoriais resultantes dessa redefinição, exigiu a criação de conselhos nos níveis estaduais e municipais, materializando, de forma objetiva,

mecanismos de maior aproximação entre os governos e os cidadãos que usam os serviços públicos (Castro & Oliveira, 2014).

A partir desse fenômeno, as políticas públicas setoriais focadas no desenvolvimento econômico e social de toda o território ou localidade, precisam ser estruturadas e organizadas a partir de agendas objetivas de políticas públicas, que sirvam como ferramenta de articulação e de gestão de políticas públicas.

Segundo Muller (2004, p. 22 como citado em Jardim & Silva, 2009), os elementos de identificação de políticas públicas são as seguintes:

- i. Existência de um conjunto de medidas concretas;
- ii. Decisões de natureza mais ou menos autoritária;
- iii. Estar inscrita em um quadro geral de ação, nunca é uma ação isolada;
- iv. Possuir sempre um público; e
- v. Possuir objetivos definidos.

Assim as agendas de políticas públicas setoriais devem guardar estes parâmetros de qualidade e consistência, de maneira que possam ser efetivamente implementadas e superando os dois grandes desafios do ciclo de políticas públicas no Brasil, que são as etapas de formulação e de implementação.

Essas agendas devem enfatizar os temas e as características intrínsecas do setor, demonstrando as peculiaridades do varejo local e conseguindo a sua disseminação entre todos os interessados (*stakeholders*).

Ainda que esta ação pró-disseminação seja hoje expressiva, a análise do processo de disseminação ainda é incipiente no país, sobretudo no que se refere aos governos subnacionais, em especial à disseminação de programas e políticas no nível municipal (FARAH, 2008, p. 86).

A elaboração e validação de agendas de políticas públicas para o varejo torna-se estratégia fundamental para o sucesso e desenvolvimento do setor, na melhoria do seu ambiente de negócios e no desenvolvimento local e regional onde o varejo e os cidadãos residem.

6. Considerações Complementares

O objetivo central desse artigo foi atingido, pois conhecer o processo de maturidade em políticas públicas por parte de um setor econômico e social – o varejo brasileiro, tendo como pressuposto a necessidade de considerar as suas peculiaridades,

bem como a sua multiplicidade e diversidade de perfis de negócios na elaboração, articulação e gestão de agendas de políticas públicas.

Também são requeridos, processos educacionais voltados para as suas atuais e futuras lideranças, de forma a ampliar a sua mobilização e conscientização visando a conquista definitiva da consolidação como setor estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

A maturidade em políticas públicas para o varejo contribui, de forma extremamente relevante, para a ampliação do nível de desenvolvimento do varejo, bem como melhoria o seu ambiente de negócios, elevando a sua representatividade na economia e na sociedade.

A aplicação de agendas de políticas públicas para o varejo torna-se uma metodologia que muito tem contribuído para a superação das demandas do setor, porém requer outras estratégias importantes como a qualificação das atuais e potenciais liderança varejistas na formulação de políticas públicas, como a aplicação de estratégias objetivas de articulação com as lideranças políticas e governamentais, como também a valorização das políticas públicas na gestão das FCDLs em cada estado e das CDLs em cada município do País.

Como ferramenta fundamental, as agendas de políticas públicas para o varejo devem ser continuamente atualizadas, seguindo a dinâmica da política e da economia, e ainda devendo guardar parâmetros de qualidade e consistência, de maneira que possam ser efetivamente implementadas e superando os dois grandes desafios do ciclo de políticas públicas no Brasil, que são as etapas de formulação e de implementação.

Além da qualidade técnica e política das agendas a serem elaboradas, a gestão dessa agenda deve considerar processos de monitoramento & avaliação (M&A) de políticas públicas, como forma de maximizar a probabilidade de sua implementação e longevidade.

Portanto, a minha experiência nestes processos de construção de políticas públicas setoriais tem demonstrado que poderemos não só mobilizar e conscientizar as lideranças do varejo, mas contribuir para a melhor organização do setor nas esferas externas (geração de demandas aos setores político e governamentais), mas também no seu próprio ambiente interno, enquanto setor que tem avançado muito na efetividade associativa e qualificação de lideranças, na união de esforços visando o desenvolvimento do ambiente de negócios para o varejo em contribuição para o desenvolvimento de toda

a sociedade brasileira e que precisa ainda de uma melhor organização e isso começa com a organização dos seus setores internos e das suas lideranças, permitindo que o desenvolvimento das políticas públicas do varejo sejam implementadas em paralelo com o desenvolvimento econômico e social da comunidade local e regional.

Referências

Agência Brasil (2019, fevereiro). PIB fecha 2018 com crescimento de 1,1%, mostra IBGE. *Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/pib-fecha-2018-com-crescimento-de-11-mostra-ibge>. Acesso em: 27 mar. 2019.

Aldrich, H. E., & Pfeffer, J. (1976). *Organizations and environments*. Ithaca: New York State School of Industrial and Labor Relations/ Cornell University.

Bonelli, R., & Veiga, P. da M. (2003, abril/junho). A dinâmica das políticas setoriais no Brasil na década de 1990: continuidade e mudança. *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)*, 75.

Castro, J. A. de, & Oliveira, M. G. de (2014). Políticas Públicas e Desenvolvimento. In L. M. Madeira (Org.), *Avaliação de políticas públicas* (pp. 20-48). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, SEBRAE Nacional - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, & IAGEE – Instituto de Avaliação, Gestão & Educação (2017, outubro). *Relatório Técnico: Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo (PNDV)*. CNDL/IAGEE.

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2018). *Manifesto do varejo, Eleições 2018*. CNDL.

Farah, M. F. S. (2008). Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. *Revista Administração e Diálogo* (Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 11(2), 69-89.

Jardim, J. M., Silva, S. C. de A., & Nharreluga, R. S. (2009, janeiro/abril). Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 14(1), 2-22.

Magalhães, M. R. A., & Bouchardet, S. (2019, março 25). *Políticas públicas: conceitos básicos*. Recuperado de <https://slideplayer.com.br/slide/3205342/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

Muller, O. (2004). *Les politiques*. Paris: PUF.

Porter, M. E. (1986). *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência* (E. M. de P. Braga, trad.; & J. A. G. Gomez, rev. tec.). Rio de Janeiro: Campus.

_____ (1989). *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior* (E. M. de P. Braga, & J. A. G. Gomez, trad.). Rio de Janeiro: Campus.

Santos, A. dos (2009). Construção das políticas públicas: processos, atores e papéis. Instituto Pólis. Recuperado de <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

Silva, S. P. (2013). *Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no brasil* (Texto para discussão). Brasília, Rio de Janeiro: Ipea.

Swinburn, G., Goga, S., & Murphy, F. (2006). *Desenvolvimento Econômico Local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação*. Washington, DC: Bertelsmann Stiftung/ Banco Mundial (BIRD). Recuperado de http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.